

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA EFEITOS DA CIRCULAR SÉRIE A N.º 1404 — INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE-2022

Introdução

Nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 28º da Lei 3/2004, de 15 de janeiro, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR** (a Entidade) relativos ao período de 2022, que compreendem o Orçamento de Despesa para 2022, o Orçamento de Receita para 2022, o Balanço Previsional para 2022, a Demonstração de Resultados Previsional para 2022 e a Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional para 2022, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos na Memória Justificativa do OE/2022, nos Mapas de Pessoal e respetiva Fundamentação do Orçamento de Despesa com Pessoal e na descrição das Iniciativas de eficiência e controlo orçamental – OE/2022.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei 3/2004, de 15 de janeiro.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Análise

De acordo com o ponto 3 da circular N.º 1404 da Direção-Geral do Orçamento (DGO) (adiante designada por CA 1404 DGO) as entidades devem incorporar nos seus planos orçamentais detalhes sobre iniciativas de melhoria da eficiência e de controlo da despesa, que permitam acomodar o efeito de novas pressões orçamentais, mas também gerar folgas financeiras para acomodar eventuais novos projetos.

A Entidade apresentou duas medidas de ganhos de eficiência na aquisição de bens e serviços, com um impacto orçamental combinado de 35.000€, uma relacionada com diminuição do número de viaturas ao serviço da Entidade e substituição das remanescentes por viaturas modernas e outra com o aumento da eficiência energética relativa a um projeto concluído que consistiu na substituição de isolamentos e lâmpadas combinado com sistema de produção de energia fotovoltaica para consumo próprio ou para venda a financiar pelo vencedor de um concurso com a respetiva amortização do capital financiado através de metade dos ganhos em eficiência energética que se estimam atinjam 20%. O impacto orçamental em 2022 representará 10% (em 2021 - 15%) dos consumos em gás e eletricidade, num montante de 27.000€ (em 2021 - 44.000 €). Ambas as medidas já se encontravam previstas no anterior orçamento.

A Entidade projeta também uma medida de otimização da gestão do património imobiliário, nomeadamente uma utilização mais eficiente do espaço e uma eliminação de arrendamentos injustificadamente onerosos. Esta medida é consubstanciada através da aprovação e implementação de um regulamento de utilização de espaços interiores e exteriores da Entidade e respetivas taxas a pagar pelos utilizadores. Considerando os indicadores históricos de utilização dos últimos anos (pré-pandemia) é previsível um acréscimo de receita de 15.000€.

Finalmente, a Entidade prevê uma medida de recuperação de receitas próprias com um impacto orçamental de 80.000€, conseguidos através da recuperação mais eficaz de dívidas de alunos, garantindo a não ocorrência de atrasos no pagamento de propinas e emolumentos referentes ao próprio ano em curso, mas também a recuperação de valores referentes a anos anteriores não pagos. Neste âmbito, terá particular importância a implementação da integração do software SIGES – SIAG que irá permitir alocar recursos à recuperação e monitorização da dívida. Esta medida também já se encontrava prevista no anterior orçamento.

Conforme já referido em relatórios de anos anteriores, não foi dada uma justificação factual e concreta para o cálculo dos valores base e dos valores das estimativas de impacto orçamental de cada uma destas quatro medidas, tendo sido informados que tal não existe, uma vez que são apenas estimativas que se gostariam de alcançar. No entanto, foi cumprida formalmente a exigência do ponto 5 da CA 1404 DGO.

Do orçamento para 2022 da Entidade nada consta relativo a esforços da incorporação da perspetiva de género solicitados no Anexo IX-A, não sendo cumprido o definido no capítulo III da CA 1404 DGO.

De acordo com a proposta de orçamento da Entidade para 2022 existe equilíbrio orçamental, uma vez que o total da receita é igual ao total da despesa, no valor de 14.735.081€ (redução de 3% face ao orçamento homólogo do ano de 2021 e de 2% face ao realizado no ano de 2020).

Este equilíbrio mantém-se do lado da despesa e da receita ao nível das fontes de financiamento, com as receitas de impostos a representarem 76% (11.170.195€), as receitas próprias 16% (2.398.789€), os fundos europeus 7% (978.841€) e as transferências no âmbito das AP 1% (187.256€) do total do orçamento para 2022.

Deste modo, no orçamento proposto pela Entidade o total das previsões de receitas próprias é igual ao total das despesas cobertas por esse tipo de receitas. O total das previsões de receita efetiva é também igual ao total das dotações de despesa efetiva, não tendo sido utilizados quaisquer saldos de gerência, cumprindo-se assim as orientações do ponto 19 do capítulo V da CA 1404 DGO.

Por força do ponto 35 do capítulo V da CA 1404 DGO, a Entidade encontra-se excecionada da aplicação da reserva prevista no ponto 30 do mesmo capítulo.

Não foram detetadas inscrições de dotação em classificação económica de carácter residual iguais ou superiores a 10% da dotação do respetivo agrupamento.

O total da receita atinge 14.735.081€, ou seja, uma diminuição de 432.676€ (-3%) face ao orçamentado para 2021 e de 245.236€ (-2%) face à conta de gerência de 2020.

A receita encontra-se desagregada em quatro verbas, nomeadamente as transferências (11.843.848€), as taxas, multas e outras penalidades (2.127.187€), as outras receitas (629.562€) e as vendas de bens e serviços (134.484€).

No que respeita às transferências projeta-se um aumento de 303.624€ (3%) face ao orçamentado para 2021, mas uma diminuição de 309.243€ (-3%) em relação ao realizado em 2020.

Esta verba corresponde maioritariamente à dotação global atribuída à Entidade pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (M.C.T.E.S.) no valor de 11.170.195€. Adicionalmente, prevêm-se ainda transferências de outras entidades no âmbito de projetos FCT (centros de investigação), POCI e ERASMUS e de instituições privadas não financeiras, instituições bancárias e de instituições sem fins lucrativos.

No que respeita às taxas, multas e outras penalidades prevê-se um aumento de 322.235€ (18%) face ao orçamentado para 2021 e de 94.266€ (5%) em relação ao realizado em 2020.

Esta verba contempla as propinas de 1.º e 2º ciclos de alunos internacionais, de alunos de outros cursos (TESP e Pós-graduações), de taxas diversas, de juros de mora e de multas e penalidades diversas.

Note-se que o cálculo do valor global teve por base o número de alunos do ano letivo de 2020/2021, que apresenta um aumento face ao ano letivo 2019/2020 em cerca de 2% (2.192 alunos). Note-se ainda que foram deduzidos 89.733€, canalizados para fazer face à previsão de despesas no âmbito da pandemia COVID-19.

No que respeita às outras receitas prevê-se um aumento de 227.210€ (56%) face ao orçamentado para 2021 e de 212.354€ (51%) em relação ao realizado em 2020.

O aumento desta verba justifica-se pela realização de dois projetos de formação - DEMOLA e TESP - desenvolvidos no âmbito do FSE-POCH e FSE-CENTRO2020 em que a Entidade é interveniente. Ainda segundo a Entidade o aumento desta verba poderia ser superior, uma vez que não foram orçamentados valores destinados ao equilíbrio do orçamento, como era habitual nos anos anteriores de 2019 e 2020, tendo este desequilíbrio sido colmatado pelas medidas de redução de despesas com o pessoal e de aquisição de bens e serviços, entretanto realizadas.

No que respeita às vendas de bens e serviços prevê-se uma diminuição de 105.244 € (-44%) face ao orçamentado para 2021 e de 39.560 € (-23%) em relação ao realizado em 2020.

Esta verba advém predominantemente da venda de bens, de aluguer de espaços, de serviços de laboratórios e da prestação de outros serviços. A quebra de receita neste agrupamento justifica-se pela previsão de extinção de alguns dos serviços prestados, nomeadamente no que respeita aos laboratórios e centro de línguas.

O total da despesa atinge 14.735.081€, ou seja, uma diminuição de 432.676€ (-3%) face ao orçamentado para 2021 e um aumento de 72.967€ (0%, sem expressão) face ao realizado em 2020.

A despesa encontra-se desagregada em cinco rubricas principais, nomeadamente as despesas com o pessoal (12.293.363€), a aquisição de bens e serviços (1.415.747€), as transferências (503.571€), o investimento (415.746€), e as outras despesas (106.654 €).

A rubrica de despesas com o pessoal sofreu um aumento de 561.077€ (5%) face ao orçamentado para 2021 e uma diminuição de 161.065€ (-1%) face realizado em 2020. Estas despesas consomem integralmente as receitas de impostos (11.170.195€) de acordo com o estipulado no ponto 38 do capítulo V da CA 1404 DGO, sendo utilizadas as receitas próprias para cobrir o residual.

Nas verbas das despesas com o pessoal encontram-se igualmente inscritas as ajudas de custo, verbas que se destinam a cobrir despesas com a equipa de investigação e staff da Entidade e os encargos com o fiscal único.

O total da despesa orçamentada no Anexo II - Fundamentação do Orçamento de despesas com pessoal corresponde à despesa orçamentada no agrupamento da classificação económica 01- "Despesas com Pessoal".

No orçamento para 2022, a Entidade prevê o aumento de 25 efetivos face ao estimado para dezembro de 2021, ano em que já se estima um aumento durante o ano de 17 efetivos. Este aumento em 2022 resulta da entrada de 3 técnicos superiores, 1 Professor coordenador e 3 Professores adjuntos em concursos já autorizados, a mobilidade de 1 técnico especialista de informática e finalmente 11 assistentes convidados e 6 recursos humanos altamente qualificados ao abrigo do programa comunitário.

Consequentemente, o peso das despesas com pessoal na despesa efetiva total aumenta nesta previsão para 2022 de 77% para 83%, embora a despesa com pessoal média por pessoa e a remuneração média diminuam.

No que respeita à aquisição de bens e serviços o valor orçamentado para 2022 sofreu um aumento de 7.842€ (1%) face ao orçamentado para 2021 e de 250.308€ (21%) face ao realizado em 2020.

Estas verbas destinam-se ao pagamento de despesas inerentes ao normal e regular funcionamento da Entidade e ao pagamento de despesas com projetos da FCT, Portugal 2020 e Erasmus.

No que respeita às transferências prevê-se uma diminuição de 8.894€ (-2%) face ao orçamentado em 2021, mas um aumento de 131.576€ (35%) face ao realizado em 2020.

As verbas relativas às transferências destinam-se na sua quase totalidade à atribuição de bolsas de investigação, bolsas de mobilidade e bolsas de estudante/colaborador, sendo a parte restante afeta ao pagamento de quotizações a que a Entidade se encontra sujeita.

No que respeita ao investimento projeta-se uma redução de 1.084.355€ (-72%) face ao orçamentado para 2021 e de 212.584€ (-34%) face ao realizado em 2020.

As verbas destinam-se a investimentos inerentes à aquisição de equipamento básico que se torna indispensável à prestação de serviços e aulas, de igual modo encontram-se contempladas despesas com aquisição de equipamentos informáticos e utensílios no âmbito da pandemia COVID-19 e com o apoio reembolsável do contrato de financiamento ao abrigo do POSEUR, no domínio da eficiência energética.

Finalmente, no que respeita às outras despesas prevê-se um aumento de 91.654€ (611%) face ao orçamentado para 2021 e 64.732€ (154%) face ao realizado em 2020.

Os valores inscritos nesta verba respeitam a comissões bancárias, despesas com IVA intracomunitário, taxas de criação e alteração de cursos e certidões emitidas pelas entidades competentes para o efeito.

Chama-se a atenção e não se discutindo a bondade da necessidade imperiosa de equilíbrio orçamental, para o facto de a despesa ser normalmente menos elástica do que a receita e assim menos dada a ajustamentos significativos. Deste modo, podem não ser passíveis de ser cumpridos na integralidade todos os objetivos estratégicos acordados

com a Tutela neste ambiente ainda de manifesta incerteza motivada pela pandemia de COVID-19, podendo-se justificar em último estado a necessidade de reforço orçamental da receita.

O Balanço Previsional em 31 de dezembro de 2022 apresenta um ativo de 20.008.059€ e um passivo de 6.206.571€, resultando num património líquido de 13.801.488€, o que, comparando com o valor da rubrica de capital de 5.191.842€, revela um significativo acréscimo acumulado reconhecido maioritariamente nas outras variações no património líquido (8.912.262€), que respeitam aos subsídios contabilizados no património líquido de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Prevê-se que o ativo sofra um aumento de 18% (3.047.978€), fruto maioritariamente do aumento da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis no valor de 3.103.745€. Relativamente a esta matéria chamamos a atenção para a nossa Certificação Legal das Contas de 2020.

Ainda fruto da mesma situação projeta-se também que o passivo sofra um aumento de 163% (3.843.137€), justificado na sua grande maioria pelo aumento das outras contas a pagar no valor de 1.629.467€ e dos diferimentos no valor de 3.278.701€, compensado parcialmente pela diminuição de financiamentos obtidos no valor de 1.176.166€.

O resultado líquido negativo previsto para 2022 (308.961€) é justificado na demonstração dos resultados previsional.

Considerando não só o equilíbrio orçamental já analisado, mas também que a receita é sensivelmente idêntica aos rendimentos, que os gastos com o pessoal são similares à despesa com o pessoal, que os fornecimentos e serviços externos são semelhantes à despesa com a aquisição de bens e serviços e que as transferências e subsídios concedidos são iguais à despesa com transferências, constata-se que o resultado líquido previsto para 2022 é explicado quase na sua totalidade pela diferença entre o reconhecimento da receita condicionada ao investimento - que é imediata em rendimentos - e a respetiva despesa (415.746€), que do ponto de vista económico apenas será gasto na medida das depreciações dos bens em que se investiu e pelos gastos fixos não desembolsáveis, nomeadamente os gastos/reversões de depreciação e amortização (573.121€), a imparidade das dívidas a receber (13.152€) e as provisões (119.275€), que não têm reflexo direto na despesa orçamental.

Deste modo, o EBITDA previsto é positivo em 281.123€ e o EBIT negativo em 291.999€.

Chamamos finalmente a atenção para o facto da conciliação entre as perspetivas orçamental (financeira) e patrimonial (económica) poder apresentar por vezes algumas inconsistências.

Concretamente, referimo-nos ao facto de a receita ser quase idêntica aos rendimentos e a despesa aos gastos o que pode não considerar convenientemente as variações nas necessidades em fundo de maneio. Note-se a título de exemplo, que não resulta claro como é que a variação prevista no valor líquido dos ativos fixos tangíveis entre 2021 e 2022 é negativa em 29 mil euros, quando a redução proveniente das depreciações ascende a 573 mil euros e o aumento provocado pelo investimento previsto é apenas de 416 mil euros.

Conclusão e opinião

Para além das limitações e considerações indicadas nos parágrafos de análise acima, baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP).

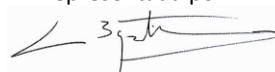
Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Chamamos ainda a atenção para o facto de poderem existir eventuais inconsistências nas relações entre as várias peças contabilísticas, que resultam da reconciliação entre as perspetivas económica (patrimonial) e financeira (orçamental), conforme descrito nos parágrafos relativos à análise acima, nomeadamente nos pontos relativos ao Balanço e à Demonstração de Resultados Previsional.

Chamamos a atenção para a reserva e ênfases expressas na nossa Certificação Legal das Contas relativa a 2020, cujo impacto potencial deverá ser considerado na análise e conclusões às demonstrações financeiras previsionais agora emitidas.

Lisboa, 18 de agosto de 2021

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209
Representada por


Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198